



Rede Ibero-Americana de Educação em Direitos
Humanos e para a Cidadania Democrática



Educar em direitos humanos, uma tarefa inadiável

Mariano Jabonero



Perspetivas ibero-americanas:

**A educação para a convivência democrática e
a promoção dos direitos humanos**



“No podemos ser indiferentes perante a injustiça e a desigualdade. A educação dá-nos poder para mudar o mundo.”

Mariano Jabonero.

Secretário-Geral da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura



Educar cidadãos democráticos, solidários, com pensamento crítico e capacidade de dialogar e reconhecer os outros nunca foi tão crucial quanto hoje para protegermos nossas democracias. Isso ocorre porque, como todos nós podemos constatar, estamos imersos em tempos difíceis, nos quais a circulação e o consumo de realidades distorcidas e, em muitos casos, de mentiras, estão combinados com uma forte e preocupante desconfiança das instituições que sustentam nosso Estado de Direito.

Neste cenário perigoso, elevar a educação ética como uma prioridade política na América Latina e na União Europeia é um objetivo que nós da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) estabelecemos em nossas últimas agendas programáticas, e é por isso que estamos comprometidos com o fortalecimento de alianças público-privadas com outros parceiros que compartilham essa prioridade imperativa para a região.

A defesa da democracia e de um sistema robusto de proteção dos direitos humanos é um pré-requisito para a cooperação para o desenvolvimento funcionar, e é por isso que estamos convencidos de que valores universais como liberdade, igualdade, justiça e solidariedade, dentro do quadro internacional de direitos humanos, devem ser cultivados para que possamos cuidar de algo tão precioso como nossa convivência democrática, que hoje está sujeita a desafios complexos, como os

mencionados anteriormente, entre outros.

O atual declínio da democracia está aumentando em proporção direta ao número crescente de pessoas insatisfeitas ou indiferentes a ela ou à imagem que está sendo construída no contexto atual de excesso de informações - ou infodemia, como é chamado pelos especialistas. Isso se agrava ainda mais pelo fato de estarmos em um momento especialmente perigoso, no qual a sociedade está exposta ao pêndulo da polarização.

Esse aumento do extremismo, do discurso de ódio e da negação de consensos sobre os valores que defendemos aqui inevitavelmente forjou um maior senso de urgência na defesa da ordem democrática e do quadro básico dos direitos humanos.

Os Estados, as organizações internacionais, a sociedade civil e as empresas têm agora um papel fundamental e renovado na aplicação dos princípios que nortearam, há quase oito décadas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

“A educação em direitos humanos é a vacina contra a intolerância e o extremismo.”



Os direitos e as liberdades não são negociáveis nem estão sujeitos a exceções. Sob essa premissa, quando vemos sinais de que eles estão sendo relativizados ou adaptados a interesses particulares, corremos o risco de cair no “vale tudo”, mesmo às custas da dignidade dos outros. E isso é letal para qualquer sistema democrático, pois esse caminho não apenas corrói os princípios fundamentais, mas também ameaça a possibilidade de construir sociedades inclusivas que respeitem as diferenças.

É aqui onde o papel da educação em direitos humanos e valores democráticos desempenha



um papel essencial para salvaguardá-los, já que as salas de aula ibero-americanas são os espaços idôneos para que nossos cidadãos adquiram as ferramentas necessárias para seu pleno desenvolvimento e para forjar seu caráter crítico e dialógico, aspectos fundamentais para sua participação em uma sociedade capaz de conviver em paz.

Mas há muitos inimigos que ainda precisam ser derrotados: as desigualdades, a discriminação, a falta de acesso a oportunidades para uma vida melhor, a cultura da violência, a perda

de liberdades, a exclusão social, as guerras e invasões de alguns países contra outros, as crises ambientais e de saúde, a tortura, as detenções arbitrárias, as execuções e os desaparecimentos de pessoas, entre outros flagelos que lamentavelmente persistem em nossa região, desafiando os valores que conseguimos construir desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que também acaba introduzindo um debate, às vezes irracional, baseado na desconexão entre essa realidade certamente complexa e a narrativa aspiracional que esse quadro de direitos e liberdades implica em um mundo civilizado.

Consideramos que o foco do debate não é o fato de esse sistema de valores ter ficado aquém ou, no outro extremo, ter atingido seu apogeu, mas sim que esse futuro, que víamos como distante, já está aqui, “e não é mais o que era”.

Novos fatores como a globalização e alguns dos efeitos associados a ela, como as desigualdades, bem como o impacto da sociedade da informação e de novas tecnologias como a inteligência artificial, tornam necessário levantar outras bandeiras mais próximas das novas preocupações do que autores, como o germano-britânico Ralf Dahrendorf, chamam de “sociedade civil internacional”.

Portanto, hoje é fundamental fazer um novo apelo, mais exigente e vigoroso, à comunidade internacional sobre os perigos a que podem levar o desinteresse e a indiferença pelo fortalecimento das democracias e dos direitos humanos e, nesse sentido, alertar também para o perigo do próprio sistema de organizações internacionais, que, juntamente com a democracia, também está ameaçado por causas idênticas.

Basta analisar o conteúdo e o desenvolvimento das últimas reuniões, cúpulas e fóruns internacionais, tanto em nível global quanto em nossa região ibero-americana, para perceber com enorme preocupação que essas questões cruciais para a convivência quase desapareceram



da agenda internacional.

Esse apelo para apostarmos na educação para a democracia e os direitos humanos em uma grande aliança que inclua o maior número de estratos de nossa sociedade não significa, longe disso, relegar outras urgências igualmente reais, como as mudanças climáticas ou os desafios sociais e morais que as novas tecnologias nos impõem, bem como a pobreza, a fome e os conflitos armados que, como já apontamos, infelizmente continuam a atingir nosso mundo.

Pelo contrário, temos certeza de que colocar a convivência democrática e a educação em valores no centro é potencializar um instrumento decisivo e sustentável para ajudar a superar esses desafios.

Entendamos que boas intenções, declarações estéreis ou contratos sem músculos não são suficientes, porque quando chega a hora de

prestar contas, a única coisa relevante é o que foi realmente alcançado, que resultados foram obtidos para contribuir com o mundo que gostaríamos de deixar para o futuro.

É por isso que nós, da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), colocamos à disposição dos cidadãos de nossa região inúmeras ferramentas para promover esse contrato social que defendemos aqui, com o objetivo de continuar trabalhando por uma região mais justa e democrática.

Nosso Programa Ibero-Americano de Educação para os Direitos Humanos, a Democracia e a Igualdade, lançado em 2021, é um exemplo desse compromisso; com pouco mais de 4 anos de funcionamento, conseguiu articular redes de trabalho para promover cenários de participação cidadã plurais e baseados no diálogo, apostando na inclusão de nossos jovens como sujeitos-chave para alcançar esses objetivos.

“ Não podemos permitir que a apatia e a indiferença corroam a nossa democracia. A participação cidadã é essencial. ”





“ A educação não é apenas conhecimento, é transformação. Forma cidadãos críticos, comprometidos e capazes de construir um futuro melhor. ”

É hora de aproveitar o poder da educação, em todas as suas modalidades, formal e informal, bem como o poder das novas tecnologias que, como já dissemos, são aliadas fundamentais para a compreensão de nosso contexto atual.

Com essas poderosas ferramentas, sem dúvida, teremos em mãos a dotação necessária para dar um novo impulso à vigência dos valores aqui expostos e que são a substância que constitui a prática cotidiana dos direitos humanos fundamentais.

Nesse sentido, é e sempre será nosso compromisso redobrar nossos esforços para promover a compreensão do papel que a educação em valores éticos e o espírito de cidadania democrática podem e devem desempenhar como elos essenciais para conter o autoritarismo e a autocracia.

Como reafirma a grande filósofa espanhola Adela Cortina, precisamos que a ética esteja no centro da construção da cidadania e, para isso, devemos formar bons cidadãos, com capacidade de ter apreço pelos valores, de compreender o outro e de argumentar.

Em suma, sem uma boa educação em direitos humanos, voltada para a formação ética, o exercício da cidadania e a convivência democrática, será difícil gerar outros bens públicos, como a inclusão, a segurança e a prosperidade compartilhada, que são indispensáveis para manter a coesão das sociedades civilizadas. A educação não é apenas libertadora; é também um caminho para pensar, refletir, aprender a descobrir a razão e chegar a julgamentos sensatos. E é, finalmente, uma

maneira de construir uma cidadania que aprecia e defende a democracia e os direitos humanos como a via indispensável para ser e estar na vida.

